

## Mianmar pode tornar-se nova fronteira de negócios

Empresas internacionais retomaram o interesse no mercado há muito isolado mas potencialmente lucrativo de Mianmar, já que sinais de melhora na relação entre seu governo e líderes ocidentais têm alimentado a esperança de um fim para os embargos aos país.

O progresso se limita no momento às empresas asiáticas que não foram incluídas nas sanções duras impostas ao país pelos Estados Unidos e a Europa desde o fim dos anos 90 para punir Mianmar por seu histórico de violações dos direitos humanos. Alguns investidores evitaram o país por medo de prejudicarem suas reputações, enquanto outros duvidavam que valia a pena buscar oportunidades lá, e agora muitos estão mudando de opinião.

Enquanto isso, as empresas ocidentais buscam maneiras de voltar ao país, embora poucas estejam dispostas a discutir abertamente ou em detalhes seus planos, por causa da possível reação negativa de clientes que continuam desconfiados das reformas recentes. Autoridades americanas dizem que não pretendem retirar os embargos enquanto não observarem mais mudanças em Mianmar, como mais transparência no relacionamento com a Coreia do Norte.

A visita desta semana da secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, a primeira de um ocupante do cargo em mais de 50 anos, fomentou esperanças de que há planos de reaproximação, e alguns diplomatas europeus pressionam por um relaxamento das sanções na revisão anual sobre a legislação, em abril de 2012.

Um dos últimos mercados inexplorados da Ásia, Mianmar é um país rico em petróleo, gás, madeira e pedras preciosas, e tem o potencial de se tornar um exportador importante de arroz e frutos do mar. Sua indústria turística pode contar com complexos de templos com 900 anos de existência e praias capazes de concorrer com as da vizinha Tailândia, que atrai mais de 15 milhões de visitantes por ano. A mão de obra industrial de Mianmar também é barata, seus intelectuais falam inglês, e o país tem um sistema judicial derivado do direito comum britânico.

Mas há obstáculos consideráveis. O suprimento elétrico é irregular, as estradas e portos estão em ruínas e o sistema financeiro é imaturo.

Não há dados precisos sobre Mianmar e as estatísticas governamentais são tratadas com desconfiança dentro e fora do país. A ONU calcula que Mianmar tenha 50 milhões de habitantes, número parecido com o da Coreia do Sul. O Fundo Monetário Internacional afirma que o PIB per capita ajustado para refletir o poder de compra local é o segundo menor da Ásia, depois do Afeganistão.

Entre as marcas ocidentais que já conseguiram alguma penetração no país está a gigante dos alimentos e produtos de higiene Unilever, que começou no fim do ano passado a vender discretamente produtos por meio de um distribuidor local. Os produtos da empresa já eram contrabandeados por terceiros, disse um porta-voz, afirmando que ela vende "sabão e sopa" em Mianmar via sua filial na Tailândia e não tem escritório no país.

As sanções dos países ricos proíbem principalmente a importação de produtos de Mianmar, negócios com os principais líderes e magnatas do país, e certas transações financeiras. Exceto por armamentos, em geral não é proibido vender para o país.

Outra empresa ocidental que já faz negócio em Mianmar é a Caterpillar Inc. Segundo o jornal estatal "Nova Luz de Mianmar", autoridades se reuniram em agosto com empresários ligados à Caterpillar para negociarem a compra de motores e outros maquinários pesados. Um porta-voz da empresa não confirmou a informação mas disse que a "Caterpillar e algumas subsidiárias estrangeiras, sob algumas circunstâncias, podem vender produtos a concessionárias independentes que revendem para usuários no país". Ele disse que a empresa "não tem instalações em Mianmar" e "segue todas as leis aplicáveis".

Enquanto isso, continua a peregrinação de delegações empresariais à capital comercial Yangon, inclusive de países como Áustria e Alemanha, e os principais hotéis do país - que

sofreram anos de taxas de ocupação ridículas - agora vivem cheios de turistas e empresários. Empresas asiáticas de países como Taiwan e Tailândia, entre outros, estão interessadas em investir na Zona Econômica Especial de Dawei, um projeto multibilionário numa área de 250 quilômetros quadrados no sul de Mianmar em que serão construídos um porto de águas profundas, estradas e ferrovias.

Mianmar era um dos países mais ricos do sudeste asiático nos anos 50. Mas uma ditadura militar que tomou o poder em 1962 nacionalizou indústrias e empobreceu sistematicamente o país, enquanto nações vizinhas continuavam se desenvolvendo.

O regime adotou um sistema capitalista nos anos 90. Mas suas reformas não modificaram os fundamentos da estrutura econômica de Mianmar, que reserva a maioria da riqueza nacional para os generais e seus aliados no poder.

Um punhado de multinacionais dos países ricos, como a petrolífera francesa Total SA, foram beneficiadas por brechas nas sanções, como cláusulas permitindo a permanência de empresas que já tinham operações no país. A chinesa Cnooc Ltd., a petrolífera tailandesa PTT e outras firmas asiáticas também se expandiram em Mianmar nesse meio tempo.

Muitos outros investidores, asiáticos e de países ricos, evitaram totalmente o país.

Mianmar começou a mudar ano passado, quando o regime realizou a primeira eleição nacional em 20 anos. Embora os EUA e a União Europeia tenham considerado o voto uma farsa, o governo supostamente civil, mas que está repleto de ex-generais, relaxou a censura à imprensa, libertou alguns prisioneiros políticos e começou a negociar com a líder dissidente Aung San Suu Kyi, que recebeu o prêmio Nobel da Paz em 1991.

O governo também aprovou uma nova lei trabalhista, diminuiu os impostos do comércio exterior e pediu consultoria ao FMI para corrigir um sistema monetário que coibia o investimento. Vários bancos locais receberam semana passada autorização para trocar o quiat, a moeda local, por dólares, euros e dólares de Cingapura, e Yangon assistiu à chegada dos primeiros caixas eletrônicos novos em anos.

Os investidores estrangeiros estão acompanhando os planos do governo para aprovar uma lei de investimento internacional que facilitará que controlem empresas e terras no país.

"As coisas estão acontecendo mais rápido do que todos previam", disse Douglas Clayton, que comanda a firma de private equity focada no sudeste asiático Leopard Capital LP e acompanha o país há mais de 20 anos.

**Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 1 dez. 2011, Empresas, p. B10.**